

REVISITANDO MILTON SANTOS: AS RELAÇÕES ENTRE TEMPO E ESPAÇO NOS PROCESSOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Carolina Souza

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Ao longo de sua trajetória profissional, o geógrafo e cientista social Milton Santos formulou análises sobre a compreensão do espaço geográfico, associando-o à dimensão temporal. Tal abordagem histórica do espaço leva-o a entender como as modernizações, resultantes das inovações tecnológicas vindas de uma fase precedente, vêm se desenrolando nos países ocidentais, produzindo assimetrias entre eles e, com efeito, uma geopolítica assentada em desigualdades no âmbito da divisão internacional do trabalho. O presente artigo, elaborado com base na leitura dos principais livros de Santos, objetiva rever algumas das elaborações teóricas desse autor que analisam esses processos, pois ajudam a compreender, criticamente, o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Modernizações; divisão social do trabalho; espaço urbano; subdesenvolvimento; globalização.

ABSTRACT

The geographer and social scientist Milton Santos drew up analyses about the comprehension of geographic space, associating it with the temporal dimension. Such views in the history of geographic space tend to interfere in modernization, resultant of technological innovations from a preceding phase, are spreading out in western countries, causing asymmetrical patterns among them and, indeed, geopolitics based on inequalities within the ambit of international division of labor. This article aims to review some of Milton Santos theoretical works that analyze this process, considering it helps to understand the present-day world.

Key words: Modernization; social division of labor; urban space; underdevelopment; globalization.

OS PROCESSOS DE RACIONALIZAÇÃO NA SOCIEDADE E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A racionalização do espaço geográfico é compreendida por Milton Santos (2008a) como novo patamar alcançado pelo movimento para racionalizar a sociedade, que marcou o século das luzes e o início da revolução industrial e, foi, gradativamente, ocupando todos os recantos da vida social. Essa nova etapa decorre da emergência de um meio técnico-científico-informacional, correspondente ao momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço é marcada pela ciência, tecnologia e informação, buscando substituir o meio natural e o próprio meio técnico. Como resultado, os espaços da racionalidade são produzidos e as principais ações globalizadas são constituídas.

No livro *A natureza do espaço*, o autor demonstra que a racionalização do espaço geográfico resulta do papel das técnicas no mundo de hoje, ocasionando uma revolução planetária atual, visto que a técnica se apresenta como uma ordem, presente em todos os aspectos da vida, sobre a qual

se sustenta uma ordem social planetária. Desse modo, novas relações entre o “espaço” e o “tempo” são criadas, sendo unificadas sob bases empíricas (Santos, 2008a).

A necessidade de tratar a noção de espaço inseparavelmente daquela de sistemas de tempo é considerada, pois *A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal*. (Santos, 1985, p. 22).

Salienta, entretanto, que recorrer ao passado para explicar o presente não significa que se apreendeu corretamente a noção de tempo no estudo do espaço:

Se um elemento não é considerado como um dado dentro do sistema a que pertence (ou ao qual pertencia na época de sua apresentação), não se está utilizando um enfoque espaço-temporal. A mera referência a uma situação histórica ou a busca de explicações parciais concernentes a um ou outro dos elementos do conjunto não são suficientes (Santos, 1985, p. 22).

Em seu entender, os estudos espaciais que tendem a representar situações atuais como se elas fossem um resultado de suas próprias condições no passado são deficientes. A formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos¹. Assim, as diversas modalidades de organização espacial devem ser interpretadas a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo (Santos, 2012).

Para análise do espaço, indica ser preciso relacioná-lo com a sociedade, uma vez que esta conduz a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança). Ele trata as noções de forma, função, estrutura e processo como elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço. Dessa forma, para entender a organização espacial e sua evolução, é necessário usar a interpretação dialética entre formas, estrutura, funções e processo, categorias de análise que definem o espaço em relação à sociedade através do tempo (Santos, 1985).

A forma é entendida como o aspecto visível de uma coisa – uma paisagem, por exemplo. Além disso, diz respeito ao arranjo ordenado de objetos. Compreende que se a forma for considerada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. A forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Função, por sua vez, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, instituição ou coisa (Santos, 1985).

A concepção de estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, envolvendo conceitos de tempo (continuidade) e mudança: *Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interação para criar e moldar o espaço através do tempo* (Santos, 1985, p. 52).

¹ O espaço é definido como sistema social, propondo a utilização de dimensões temporais no estudo do espaço, pois o compreende enquanto um subproduto do tempo. Sugere, então, considerar as estruturas espaço-temporais no entendimento dos processos de racionalização da sociedade. (Santos, 1985).

AS MODERNIZAÇÕES EM ANÁLISE: UMA PERIODIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS ESPAÇO-TEMPORAIS

Cada sistema temporal coincide com um período histórico em escala mundial. A sucessão dos sistemas corresponde a das modernizações. O autor apresenta como períodos ou sistemas de modernização²: 1) o período do comércio em grande escala (a partir do século XV até, mais ou menos, 1620); 2) o período manufatureiro (1620-1750); 3) o período da primeira revolução industrial (1750-1870); 4) o período da segunda revolução industrial (1870-1945) e 5) o período tecnológico ou técnico-científico-informacional (Santos, 1985).

A fase do comércio em grande escala é caracterizada pelo aumento da capacidade de transporte e de comércio, que substitui a agricultura como fator essencial do sistema. O comércio ampliado desenvolve a manufatura e cria, nas Américas, os espaços derivados³ através das culturas da cana-de-açúcar, do fumo e do algodão, cuja produção repercute nos lucros obtidos pelos diferentes países europeus (Santos, 1985).

Ao longo do período manufatureiro, a manufatura se desenvolve e se organiza ao redor do Mar do Norte e do Báltico, de tal maneira que Espanha e Portugal, que haviam sido os polos do sistema na fase precedente, terminam por se encontrar na periferia do novo sistema, ainda que guardem relações privilegiadas em relação à América Latina (Santos, 1985).

Na fase da primeira revolução industrial, o transporte intercontinental não era um transporte de massa, capaz de conduzir matérias-primas ou alimentos para locais muito distantes. (Santos, 1985). Importa lembrar que, nos primórdios da industrialização, a técnica ainda não havia produzido meios de domar as forças capazes de prover movimento às máquinas e as indústrias tinham que ser sediadas não nas cidades, mas nos locais onde as forças motrizes de origem animal ou natural estivessem disponíveis, isto é, no campo (Marx, 2013).

A segunda revolução industrial caracteriza-se como período correspondente à aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização, não só à produção material, mas também à energia e ao transporte, permitindo uma maior dissociação entre produção e consumo. O ímpeto da urbanização e a deserção das zonas rurais na Europa conduzem ao abastecimento das crescentes populações urbanas, em razão da possibilidade de importar de muito longe os alimentos necessários para a população trabalhadora das cidades (Santos, 1985).

O período técnico-científico-informacional inicia-se, por sua vez, ao fim da segunda Guerra Mundial, tendo como principal força autônoma a tecnologia, que subordina todas as outras forças do sistema, em termos de operação, evolução e possibilidade de difusão: *A tecnologia da*

² A dimensão polissêmica e, algumas vezes, controversa, assumida pelo termo nas Ciências Sociais é observada por Santos (1979), que entende a modernização como forma generalizada de uma inovação tecnológica vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

³ A formação e a transformação desses espaços derivados dependem do momento de intervenção das primeiras forças externas e dos impactos sucessivos de outras modernizações (Santos, 1979).

comunicação⁴ permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto (Santos, 1985, p. 27).

Nessa fase, os países que detêm tecnologia mais adiantada são os mais desenvolvidos. As indústrias ou atividades dotadas por uma tecnologia mais desenvolvida têm um maior dinamismo. Ainda nesse momento, a tecnologia da comunicação alcança dimensões espaço-temporais antes inconcebíveis. Portanto, nesse período histórico, espaços que escapam temporariamente às forças dominantes são exceções. Além disso, a possibilidade de dissociação geográfica de atividades é conferida pelas novas técnicas, sobretudo por aquelas que processam e exploram inovações. Tal fenômeno associa-se à criação de novas colônias periféricas⁵ no mundo subdesenvolvido; às novas formas de industrialização com a internacionalização da divisão do trabalho; e à chegada do capital e da tecnologia dos países adiantados para usar uma força de trabalho barata nos países dependentes⁶ (Santos, 1985).

ESPAÇO E CAPITAL NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO INFORMACIONAL: O IMPERATIVO DA FLUIDEZ

No período técnico-científico-informacional as relações entre espaço e capital expressam a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo, tendo em vista que: 1) toda a natureza se torna passível de utilização direta ou indireta, ativa ou passiva, econômica ou apenas política⁷; 2) ocorre a expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial, que atribui à circulação (movimento das coisas, valores e ideais) um papel fundamental (Santos, 1985).

No mundo em que vivemos os lugares mostram a tendência a um rápido envelhecimento (tanto do ponto de vista técnico e socioeconômico), com ritmos diversos e, mesmo, inesperados, segundo regiões e países. Assiste-se, assim, a uma especialização dos lugares⁸ devido às suas virtualidades naturais, à sua realidade técnica e às suas vantagens de ordem social. Daí resulta a heterogeneidade entre as unidades territoriais, com uma divisão do trabalho mais profunda e uma vida de relações mais intensa (Santos, 2008b).

⁴ Atualmente, a informação é o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional. (Santos, 2008b). A cibernética, as biotecnologias, as novas químicas, a informática e a eletrônica trazem mudanças importantes tanto na composição orgânica do território quanto na composição técnica do território. Para Santos (2012), o território se informatiza mais depressa que a economia ou que a sociedade, pois a integração do território supõe o uso da informação, presente também nos objetos.

⁵ O surgimento de metrópoles nos países periféricos por influência da industrialização mundial e/ou nacional é uma das consequências da modernização (Santos, 1979).

⁶ Nos países periféricos, as modernizações atuais criam um número limitado de empregos, tendo em vista a instalação de indústrias de alto coeficiente de capital. Em contrapartida, boa parte dos empregos é criada nos países centrais. Portanto, a indústria responde cada vez menos às necessidades de criação de empregos (Santos, 1979).

⁷ Em análise crítica desse processo, menciona que as inovações tecnológicas empreendidas pelos homens têm efeitos ultrajantes às condições ambientais, agravando à saúde física e mental das populações. Desse modo, a natureza tem-se tornado hostil (Santos, 2008a).

⁸ O autor define lugar como conjunto de objetos dotados de autonomia de existência – ruas, edificações, canalizações, indústrias, empresas e eletrificação, por exemplo. Ressalta, todavia, que esses objetos não têm autonomia de significação, haja vista o surgimento, a cada dia, de novas funções que substituem as antigas e a elas se impõem (Santos, 2008a).

A exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, sob a égide de atores hegemônicos, é uma das características do mundo atual. No bojo desse processo, objetos e lugares são criados com o objetivo de favorecer a fluidez – oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, tecnopolos são alguns exemplos. Acerca da fluidez: *Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles circulam. É como se, também fossem fluxos* (Santos, 2008a, p. 274).

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Ao Estado e aos organismos supranacionais cabe o encargo de prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. As empresas, isoladas ou associadas, estabelecem redes privadas, fazem vigorar seus interesses mercantis e circulam as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. (Santos, 2008a).

OS AGENTES DA CONSTRUÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESPAÇO URBANO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

O período técnico-científico-informacional também apresenta como característica o fato de as grandes corporações serem, com frequência, mais poderosas que os Estados, uma vez que essas companhias interferem na fixação dos preços, independentemente das possibilidades locais:

(...) o governo de cada país vai-se tornando cada vez mais impotente para administrar o resto da economia ainda não submetido à jurisdição dessas firmas, uma vez que, como já vimos antes, a economia tomada como um todo é, absolutamente, interdependente (Santos, 1985, p. 29).

Todavia o papel desempenhado pelo Estado nas condições históricas atuais é ressaltado pelo autor, para quem sua ação pode representar a adoção ou mudança de um modelo de produção, de consumo e de distribuição de recursos. Em cada um desses domínios, a forma como o Estado⁹ se comporta conduz a um resultado diferente no tocante à organização do espaço nacional, haja vista a ação econômica seletiva do Estado em relação aos diversos atores da sociedade.

A industrialização e as políticas de desenvolvimento acionadas pelo Estado, quando ocorre transferência das inovações tecnológicas produzidas nos países do centro, podem acontecer por meio de três modelos: o primeiro corresponde à dependência desejada pelo exterior e aceita, por falta de vontade ou por falta de meios de defesa. O segundo modelo é o de uma dominação desejada e planejada de dentro. E o terceiro é representado pelos países que procuram encontrar um caminho independente. Salienta, contudo, que cada modelo apresenta submodelos, em função da história e das condições atuais (Santos, 1979).

⁹ Santos (1979) considera a importância do Estado para o fortalecimento das bases sociais – nacionais e locais – nos processos de produção das riquezas e de acumulação ampliada do capital. Pondera, criticamente, a ideia falaciosa associada à globalização, referente à morte do Estado. Em seu entender, assistimos ao fortalecimento do Estado para atender aos interesses financeiros internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil (Santos, 2010, p. 19).

Nos países da periferia do capitalismo, o Estado se apresenta como um aliado do circuito moderno da economia. O apoio do Estado às diferentes modalidades de modernização tecnológica assume os mais variados aspectos:

Esse apoio é oferecido ora abertamente, ora de modo mais discreto, mas leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de um aumento de bem-estar. A generosidade oficial para com os monopólios e as corporações ocorre em detrimento da população, particularmente das camadas mais desfavorecidas (Santos, 1979, p. 125).

Ao analisar as cidades do terceiro mundo¹⁰, o autor menciona uma divisão na sociedade, caracterizada pela existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas. Em suma, a sociedade urbana expressa uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Nas cidades do terceiro mundo, essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Santos, 1979).

A existência desses circuitos – superior e inferior – na economia das cidades é resultado das modernizações tecnológicas. Dois tipos de industrialização nos países periféricos são identificados e diferenciados. Uma tendência está direcionada para a expansão de indústrias, sobretudo no mercado regional ou nacional, e a outra tendência está voltada para o estabelecimento de fábricas orientadas para um mercado situado fora da região ou país (Santos, 2012).

O circuito superior da economia urbana é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Nas cidades dos países periféricos, o número e a importância de atividades na fronteira entre os setores secundário e terciário aumentam. O termo circuito inferior envolve uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo terciário¹¹, pois inclui atividades de serviço como a doméstica e os transportes, como também aquelas de transformação, artesanato, por exemplo, e as formas pré-modernas de fabricação (Santos, 1979).

O papel social e econômico assumido pelo circuito inferior, segundo ele, acolhe as pessoas expulsas do campo, amortizando os choques das migrações: (...) *A preservação do circuito inferior se impõe, na medida em que o circuito moderno é incapaz de fornecer empregos a todo mundo* (Santos, 1979, p. 285).

¹⁰ Embora esse conceito esteja em desuso há algumas décadas, aparece nos textos de Milton Santos datados dos anos 1970 e 1980, quando se falava em primeiro, segundo e terceiro mundos.

¹¹ As análises elaboradas por Santos (1979) sobre o funcionamento das economias nos países periféricos, especificamente àquelas que tratam sobre o setor terciário incluído no circuito inferior da economia, antecedem e fundamentam às explicações formuladas por economistas brasileiros nos anos 1980 e 1990, como Cacciamali (2000) e Machado da Silva (2002), sobre a informalidade. Ele entende por “terciarização” o termo usado para definir as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização.

Caracteriza como terciária a urbanização ocorrida nos países subdesenvolvidos¹², tendo em vista a deterioração do mercado de trabalho e uma porcentagem elevada de pessoas que não têm atividades nem rendas permanentes¹³. Santos designa involução metropolitana o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos em que há uma modernização das atividades, ao tempo em que ocorre uma expansão da pobreza. Em suma, o crescimento é acompanhado pela baixa do rendimento médio e pela expansão do número de empregos mal remunerados com suas correspondentes e precárias condições de vida (Leite, 2011).

No entendimento sobre o processo de urbanização, estabelece um paralelo entre os países desenvolvidos e aqueles periféricos. Reflete, então, que nos desenvolvidos, o urbano se desenvolveu a partir da distribuição da rede de transportes pelo território, garantindo integração entre as cidades. A região foi ordenada de maneira a comunicar com o seu entorno, havendo equilíbrio entre o tamanho da cidade e sua importância em relação às demais, fato que resultou numa distribuição de renda menos desigual entre seus habitantes. Quanto à urbanização nos países periféricos, compreende que ocorreu sem uma estrutura de transporte que permitisse uma melhor distribuição da rede urbana no território. Aborda que, nesses países, a rede de transporte foi implantada com recursos dos países desenvolvidos, visando atender aos interesses desses. Com efeito, a dependência econômica foi intensificada e ocorreu uma urbanização concentrada nos países periféricos (Santos, 1982).

É importante salientar que a análise acurada de Santos sobre a urbanização¹⁴ dos países periféricos e o funcionamento dos circuitos da economia urbana, nesses países, demonstra o compromisso do autor enquanto intelectual atento à produção capitalista do espaço, denunciando as suas injustiças. Desse modo, ele retrata contextos familiares à sociedade brasileira.

ESPAÇO E TEMPO COMO ESFERAS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO¹⁵

Conforme Santos (1979), a divisão do trabalho não somente aparece em sociedades de industrialização avançada. Sobre a caracterização geral do emprego no circuito inferior da economia urbana, considera que é acompanhada de uma multiplicação das tarefas, acolhendo ao máximo os que procuram fazer alguma coisa. O trabalho é o fator essencial no circuito inferior, enquanto no circuito superior é o capital.

Ao se referir às formas de atividade particulares aos países periféricos, sobretudo os pequenos ofícios, considera-os como um esforço desesperado das pessoas para subsistir, adaptando-se,

¹² Segundo o autor, o fenômeno do subdesenvolvimento também se caracteriza pela disparidade de renda entre indivíduos na sociedade, bem como pelas disparidades regionais, incluindo aquelas intrarregionais, intraurbanas e intrametropolitanas (Santos, 2012).

¹³ A precariedade das condições de vida nas grandes cidades dos países periféricos é tratada por Santos (2008a), que considera a não fixidez do quadro ocupacional, isto é, a grande mobilidade vivida pelos atores sociais, o que os leva a exercerem atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho nas grandes cidades criam o que denomina de flexibilidade tropical.

¹⁴ A urbanização é resultante de processos historicamente desenvolvidos. Tais processos são constituídos, por sua vez, pela localização geográfica seletiva das forças produtivas e por instâncias sociais (Santos, 1979).

¹⁵ A divisão social do trabalho também consiste na divisão espacial do trabalho que ocorre tanto em escala mundial quanto na escala de cada país. Em cada momento histórico diferente, há uma relação entre as condições de intercâmbio e a localização dos instrumentos e dos agentes (Santos, 2012).

com dificuldade, às condições cuja causa deve ser procurada na organização da economia em todos os níveis (Santos, 1979).

O movimento do espaço é resultante do movimento dos lugares, pois os lugares passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão o fator. De acordo com Santos, a cada novo momento histórico, muda a divisão do trabalho, acarretando a convivência das novas divisões do trabalho e das anteriores, tanto no lugar quanto no subespaço. Assim, o trabalho é a somatória e a síntese dos trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico num dado lugar. Embora cada divisão do trabalho crie um tempo próprio, esse tempo é abstrato, ganhando concretude na vida ativa e na interpretação dos diversos agentes sociais (Santos 2008b).

Os períodos não são um fruto do tempo homogêneo das máquinas, mas do tempo vivido das sociedades (mundial, nacional, local) que é constituído pelas respectivas divisões do trabalho. Desse modo, a interpretação das divisões do trabalho – tanto de um país como de um lugar – requer considerar-se os fatores não-técnicos e não-técnicos-econômicos que têm relevância na produção dos comportamentos (Santos, 2008b).

A necessidade de, em cada período, se compreender as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo revela que cada momento histórico traz heranças dos períodos passados que, por sua vez, desempenham papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. Daí a importância de se entender o movimento no território, do geral ao particular, bem como de sua dimensão histórica, tanto recente quanto passada, pois ajudam a explicar as diferenças regionais dos índices de urbanização, como as diferenças regionais¹⁶ de forma e de conteúdo da urbanização (Santos, 1994).

O uso e a interpretação das séries estatísticas consistem, então, em problemas que se apresentam nas ciências humanas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. Para ele, portanto, as séries estatísticas são miragens¹⁷, mencionando o exemplo de que o critério de classificação de uma cidade média entre 1940/50 era o fato de possuir mais de 20.000 habitantes, mas, entre os anos 1970/80, uma cidade, para ser chamada de média, deveria ter uma população em torno de 100.000 habitantes. Portanto, reflete: (...) *isso não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação* (Santos, 1994, p.70-1).

Ao refletir sobre o processo de urbanização no Brasil, que ocorre em níveis e formas diferentes de modernização¹⁸ sobre o território, Santos considera que, ao longo dos anos 1960 e 1970, se desenrolam mudanças, tanto quantitativas como qualitativas, caracterizadoras da urbanização, que ganha nova conteúdo e nova dinâmica:

¹⁶ O processo de urbanização no Brasil é analisado à luz da diversidade entre as regiões, pois a organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. (Santos, 1994) Essa característica foi intensificada no processo de informatização do território brasileiro, baseado na adoção de um modelo exportador que trouxe, nas áreas mais ricas do País, a presença de uma estabilidade no crescimento com a presença de culturas agrícolas modernas e que têm como paralelo uma maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes. Observa que o Sudeste brasileiro é um exemplo da presença desse meio científico-técnico (Santos, 2012).

¹⁷ Tal análise expressa argúcia e refinamento metodológico do autor que utiliza informações censitárias e dados estatísticos, analisando-os parcimoniosamente, pois os relaciona às questões qualitativas, como as mudanças históricas do local e da região. Cita, como exemplo, o caso de São Paulo, pois a sua chamada 'inchação' urbana, ocorrida nos anos 1970 e em datas mais recentes, nada tem a ver com o que se passou nessa metrópole brasileira nos anos 1960 e, ainda menos, nos 1950 (Santos, 2012).

¹⁸ Caracteriza-se pela unificação do território em decorrência dos transportes, comunicações e mercado (Santos, 1994).

A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho sucessivamente se deu, ou, em outras palavras, pela maneira diferente como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho (Santos, 1994, p. 60).

ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO

A partir dos 1960, começou a ser gestada no âmbito da economia, uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pelo fato de que a produção industrial passou a ser fragmentada em diferentes sedes de uma mesma corporação econômica espalhada pelo mundo. Tal contexto foi denominado transnacionalização da economia. Um de seus principais fundamentos é que o ritmo da internacionalização da economia convergiu para o capitalismo voraz, caracterizado pela procura do barateamento do custo de produção através da baixa da remuneração da mão-de-obra, independentemente de onde ela estivesse (Hobsbawm, 1995).

Em sua análise sobre o processo de globalização, Santos (2010) compreende a existência de pelo menos três mundos num só: 1) o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; 2) o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e 3) o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2010).

Algumas ideias falaciosas associadas ao tema globalização são mencionadas, tais como: a de aldeia global¹⁹; o mito do encurtamento das distâncias²⁰ e o mercado global capaz de homogeneizar o planeta²¹. Essas concepções falaciosas permitem identificar a presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações.

A globalização enquanto perversidade é entendida por Santos (2010), que assinala seus efeitos negativos para a humanidade, a exemplo do desemprego crescente, do aumento da pobreza e da perda da qualidade de vida para as classes médias, pois o salário médio tende a baixar. Sob tal perspectiva, a perversidade sistêmica, enraizada na evolução negativa da humanidade, relaciona-se à adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que, atualmente, caracterizam os efeitos da globalização.

Para se compreender a globalização, importa considerar o estado das técnicas e o estado da política²², ambos de maneira relacional: *As técnicas²³ apenas se realizam com a intermediação*

¹⁹ Essa faz crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas (Santos, 2010).

²⁰ Para aqueles que realmente podem viajar, se difunde a noção de tempo e espaço contraídos: *É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão* (Santos, 2010, p. 19).

²¹ Apesar do mercado global desenvolver a tendência de homogeneizar o planeta através da padronização buscada pela tecnologia, as diferenças locais são aprofundadas. (Santos, 2010).

²² Entendimento convergente é formulado por Fiori (2001), para quem a construção do mercado financeiro mundial foi obra do poder e de decisões políticas. Daí, a globalização não ser um fenômeno exclusivamente econômico, nem muito menos tecnológico. Por conseguinte, seus efeitos repercutem muito além da própria economia.

²³ As técnicas da informação passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. A adoção da cibernética, da informática e da eletrônica é representativa do sistema de técnicas atual.

da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente (Santos, 2010, p. 26).

Alguns fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são tratados: unicidade da técnica; convergência dos momentos; cognoscibilidade do planeta e existência de um motor único na história (mais-valia globalizada) (Santos, 2010).

Destaca a característica invasora do sistema técnico dominante no mundo de hoje: *Ele não se contenta em ficar ali onde primeiro se instala e busca espalhar-se, na produção e no território* (Santos, 2010, p. 26). As empresas globais funcionam a partir de uma fragmentação, tendo em vista que uma parte da produção pode ser feita na Tunísia, outro na Malásia e outra no Paraguai²⁴. Ao refletir sobre a unicidade das técnicas, comenta que dela provém a existência de uma finança universal, responsável pela imposição de uma mais-valia mundial para todo o globo.

A unicidade do tempo ou convergência dos momentos²⁵ é entendida por Santos como a possibilidade oferecida pela técnica à nova geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro: *Mas a informação instantânea e globalizada por enquanto não é generalizada e veraz porque atualmente intermediada pelas grandes empresas da informação* (Santos, 2010, p. 28).

No entender do autor, a mais-valia universal tornou-se possível porque a partir de agora a produção ocorre em escala mundial²⁶, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. Então, a mais-valia é mundial porque entretida pelas empresas globais que se valem dos progressos científicos e técnicos disponíveis no mundo.

O período histórico atual permite ao homem o que nenhum outro período ofereceu, ou seja, a possibilidade de conhecer o planeta de formas extensiva e aprofundada. Tal fato procede em função dos progressos da técnica decorrentes dos progressos da ciência. De fato, é possível conhecer os objetos que desejamos utilizar, produzindo a matéria-prima indispensável à sua fabricação: *Sem isso não teria sido possível fazer os satélites que fotografam o planeta a intervalos regulares, permitindo uma visão mais completa e detalhada da Terra* (Santos, 2010, p.32).

Por tratar a história do capitalismo dividida em períodos²⁷, Santos (2010) salienta que o período atual é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, visto que a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas as situações. Reconhece que o momento atual corresponde ao ajustamento à crise do mercado. Ao esclarecer que o mercado é único e segmentado, destaca sua hierarquização e articulação

²⁴ Ao analisar os espaços da globalização, Santos (2008) compreende que os lugares se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional e pela sua densidade comunicacional: Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (Santos, 2008b, p. 231).

²⁵ Na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo, nem este se apaga: (...) *a simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social* (...) (Santos, 2012, p. 132).

²⁶ O fenômeno da globalização também é designado mundialização financeira, referindo-se à abertura das economias nacionais às transações internacionais e ao desenvolvimento de bens e serviços. Além disso, corresponde a mobilidade internacional de capitais feita através dos investimentos estrangeiros diretos (IED), realizados pelas firmas multinacionais (Chesnais *apud* Braga, 2007).

²⁷ Os períodos nascem, amadurecem e morrem, tendo em vista a história se caracterizar como uma sucessão ininterrupta de épocas. Em seu entender, essa ideia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade (Santos, 2010).

pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com apoio do Estado: *Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro* (Santos, 2012, p. 131).

Segundo o geógrafo, a tirania do dinheiro e a tirania da informação são pilares constitutivos do atual processo do capitalismo globalizado. Desse modo, considera que grandes empresas da mídia fazem a intermediação do processo comunicativo no mundo, decidindo quais informações e de que forma elas serão divulgadas (Santos, 2010).

Para Milton Santos, as bases materiais do período atual – a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta – poderão servir a outros objetivos, se forem postos a serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Assim, ele se opõe a compreensão que trata a ordem global como inexorável e preconiza que as possibilidades de mudança podem surgir da aglomeração populacional instalada nas periferias, bem como do fato de que as possibilidades existentes de conhecer a história concreta podem indicar a escrita de uma nova história (Santos, 2010).

O geógrafo assinala que a participação democrática, fundamentada em processos comunicacionais múltiplos, que ampliam diferentes vozes, ecoam discursos diversos, promovam o debate, o diálogo e o entendimento e que falam, primeiramente, de forma local são estratégias necessárias de serem acionadas, sobretudo na grande cidade, por meio dos efeitos de vizinhança²⁸, que parecem trazer uma possibilidade maior de identificação das situações devido à melhoria da informação disponível e ao aprofundamento das possibilidades de comunicação:

Desde que os processos econômicos, sociais e políticos produzidos de baixo para cima possam desenvolver-se eficazmente, uma informação veraz poderá dar-se dentro da maioria da população e a serviço de uma comunicação imaginosa e emocionada, atribuindo-se, assim, um papel diametralmente oposto ao que lhe é hoje conferido no sistema da mídia (Santos, 2010, p. 167).

Enfim, a obra de Milton Santos é leitura imprescindível para pesquisadores, geógrafos, cientistas sociais e àqueles interessados em compreender a recente geopolítica e a dinâmica socioespacial do mundo globalizado. Ao abordar o espaço como construção histórica e instância estrutural da totalidade, bem como o território em sua interação com a técnica²⁹, Santos reinventa a geografia.

Submetido em 2 de outubro de 2025.

Aceito para publicação em 23 de julho de 2026.

²⁸ No capítulo O lugar e o cotidiano, pertencente ao livro **A Natureza do Espaço**, Santos (2008) ressalta que as cidades atuais, sobretudo as metrópoles, estão abertas a todos os ventos do mundo, apresentando uma gama infinita de situações, marcadas por maior mobilidade e encontros em relação às cidades médias e pequenas. O intermédio entre pessoas, por sua vez, propicia as trocas simbólicas, caracterizadas pela união entre emoção e razão.

²⁹ Em sua abordagem, a técnica compõe o território numa relação de reciprocidade e numa inflexão dialética, modificando a natureza e, assim, renovando a sua identidade, à qual o homem superpõe por meio da divisão social do trabalho. (Santos, 2008a).

REFERÊNCIAS

- BRAGA, R. Mercadoria descartável. **Sociologia: Ciência & Vida**. Edição especial. Ano I, n. 3, 2007, p. 40-47.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, n.14, 2000, p.153-174.
- FIORI, J. L. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, M. A. F. P. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, v. 26, n. 51, 2011, p. 75-88. DOI: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2011v26n51p75>>
- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, n. 37, 2002, p. 81-107. DOI: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i37.18603>>
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1º ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6º ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.